

CIRCULAR Nº 16 ADM / 2001.

Lisboa, 29 de Maio de 2001

(CLASSIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS EQUESTRES

(RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

1. ESTABELECIMENTOS EQUESTRES. SUA CLASSIFICAÇÃO

Consideram-se Estabelecimentos Equestres todos aqueles onde **se exerça a prática regular do desporto equestre**, sejam quais forem as modalidades ou disciplinas a que se dediquem.

Nos termos da alínea f) do nº 2 do Art.º 5º do Dec.-Lei nº 317/97 de 25/11, os estabelecimentos equestres, são considerados **Instalações Desportivas Especializadas** e regem-se pelo disposto nesse DL.

No caso dessas instalações estarem vocacionadas para a realização de manifestações desportivas integrando a componente espectáculo com capacidade para receber público e integração de significativos e específicos recursos materiais e tecnológicos, ficam abrangidos pelo disposto no Art.º 6º do DL 317/97.

Consideramos indispensável o conhecimento detalhado deste diploma, na medida em que ali se estabelecem as normas de **licenciamento obrigatório** (instalações e funcionamento), o respectivo **alvará**, bem como as **vistorias** das quais podem resultar coimas, ou mesmo o encerramento compulsivo das instalações, tudo da responsabilidade do **IND - Instituto Nacional do Desporto**.

Nos termos do Art.º 21º da **Lei de Bases do Sistema Desportivo**, alínea a) do nº 1º a **Federação Equestre Portuguesa (FEP)**, tal como as demais federações desportivas, deverá **"Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática de uma modalidade desportiva ou conjunto de modalidades afins"**.

Independentemente dos licenciamentos e vistorias estabelecidas no referido DL, os Estabelecimentos Equestres devem ser **registado** na **FEP** a fim desta lhes poder fornecer o apoio técnico e informativo de que necessitam para o correcto exercício da sua actividade. Só assim será possível "dirigir a nível nacional" a prática das modalidades equestres. Todo e qualquer estabelecimento equestre que não esteja devidamente **registado** na **FEP** contraria a Lei de Bases do Sistema Desportivo, pois impossibilita o exercício da sua acção **"a nível nacional"** conforme a mesma determina.

Consoante a actividade a que os mesmos se dediquem e independentemente da designação que adoptem, a **FEP** deverá **exercer funções de acompanhamento e fiscalização** no sentido de garantir em todos eles condições de funcionamento, de **higiene** das instalações e montadas, bem como de **segurança** dos praticantes,

aspectos fundamentais para que o alvará lhes não seja retirado pelo IND, ou não sejam compelidos ao pagamento das coimas previstas no DL.

Para isso há necessidade de regularizar as relações entre todos os Estabelecimentos Equestres e a FEP, criando um vínculo oficial que passa também pelo pagamento de uma **licença federativa** destinada a cobrir os custos que a FEP terá para poder desempenhar a citada acção de acompanhamento técnico, mais expressivo ainda no que respeita aos Responsáveis Técnicos a que nos referiremos no ponto seguinte.

Acontece que esse vínculo já existe para os Estabelecimentos Federados (69) e para mais 18 que não puderam federar-se por terem fins lucrativos, mas que, como os primeiros, pagam uma quota anual e recebem em troca todo o apoio de que carecem da Federação.

Mas para além destes 87 Estabelecimentos Equestres (Clubes, Centros Hípicos, Escolas de Equitação, etc.) dispomos ainda de uma relação de mais 343 Estabelecimentos Equestres espalhados por todo o território nacional, alguns dos quais já deixaram de exercer a sua actividade sem que o saibamos. Sabemos sim que muitas outras organizações equestres se formaram posteriormente ao levantamento efectuado e que, tal como os 343 já referidos, se mantêm numa situação totalmente irregular, sujeitos a sanções do IND na primeira vistoria que este lhes fizer.

*É pois urgente que todos, **mas todos**, os Estabelecimentos Equestres, com excepção dos 87 já inscritos, comuniquem com a FEP a fim de regularizar a sua situação. A quota tem actualmente um valor simbólico de esc.: 5.000\$00 / ano. Muito embora se esteja a estudar a sua actualização, manter-se certamente a níveis perfeitamente acessíveis.*

Os Estabelecimentos que se dedicarem à **Formação de Praticantes** deverão ser previamente **classificados** pela FEP de acordo com o nível (sela) mais elevado que consigam formar as classes ou turmas de alunos que os frequentam regularmente.

A FEP recomenda que a designação de **Escola** (Equestre ou de Equitação) passe a ser apenas utilizado por aqueles que se dedicam prioritariamente à formação de praticantes. Pode, qualquer um, desenvolver, a par de outras actividades, a da formação de praticantes; nesses casos deverão identificar organicamente essa área designando-a por Escola de Equitação do Estabelecimento (Centro Hípico, Clube, etc.).

As **Escolas de Equitação (EE)** que formam classes até à **sela 3** inclusive, têm a **Classificação de 1 Estrela (*)**.
As **Escolas de Equitação (EE)** que formam classes até à **sela 6** inclusive, têm a **Classificação de 2 Estrelas (**)**.
As **Escolas de Equitação (EE)** que formam classes até à **sela 8** inclusive, têm a **Classificação de 3 Estrelas (***)**.
As **Escolas de Equitação (EE)** que formam classes na **sela 9**, têm a **Classificação de 4 Estrelas (****)**

A futura **Escola Nacional de Equitação (ENE)** e o **CMEFD** que faz Formação Profissional de Formadores de **todos os graus**, têm a **Classificação de 5 Estrelas** (*****).

2. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DOS ESTABELECIMENTOS EQUESTRES

O Dec.-Lei nº 385/99 de 28/09 enquadra os Estabelecimentos Equestres no grupo das "instalações desportivas especializadas" (alínea b) nº 1 do Art.º 2º) e estabelece que toda e qualquer destas instalações deverá dispor de um **Responsável Técnico** que assegurará o seu controlo e funcionamento (Art.º 5º do mesmo DL).

O Art.º 6º do mesmo diploma determina a necessidade de formação adequada que será determinada por portaria governamental, obviamente baseada em parecer técnico da **FEP**, e que ficará inscrito como tal no **CEFD - Centro de Estudos e Formação Desportiva**.

O Art.º 9º do referido DL esclarece que a inscrição dos Responsáveis Técnicos se faz por períodos de um ano, no **CEFD** (organismo do Ministério da Juventude e do Desporto), o Art.º 10º esclarece que o Responsável Técnico superintende as actividades desportivas desenvolvidas nas instalações em causa, e o Art.º 11º diz mais que os monitores e instrutores desse estabelecimento actuam sob a sua orientação técnica.

É pois muito importante que todos os Estabelecimentos Equestres conheçam pormenorizadamente este diploma legal, pois tal como o indicado no ponto anterior, prevê a penalização das infracções com coimas e interdições de funcionamento por período determinado, ou mesmo encerramento compulsivo, aplicadas pelo **IND** tal como no caso das infracções relativas às instalações.

Nesta matéria dos **Responsáveis Técnicos** a **FEP** considera o seguinte e é isso que proporá ao **CEFD**:

a) Os Estabelecimentos Equestres que não se dediquem à Formação, mas apenas a actividades turísticas como, por exemplo, "passaios a cavalo" "alugueros", etc. não carecem de que o **Responsável Técnico** seja um profissional de formação. De qualquer forma para assegurar os aspectos de segurança e higiene já focados, relacionados também como o maneo dos cavalos, recomenda-se que seja um **Ajudante de Monitor**, ou qualquer outro praticante cuja competência e aptidão equestre seja reconhecida pela **FEP** (júri por si designado) em prova a realizar em qualquer Escola de Equitação de 2 Estrelas.

b) Os Estabelecimentos Equestres que, apesar de não se dedicarem à Formação, pretendam organizar provas desportivas de qualquer disciplina ou modalidade, deverão dispor dos **oficiais de concurso** estabelecidos nos regulamentos da modalidade.

c) Os Estabelecimentos Equestres que disponham no seu seio de Escola de Equitação, deverão dispor de um **Responsável Técnico** reconhecido pela **FEP**, que se ocupará da sua gestão e direcção técnica, tendo obrigatoriamente o seguinte nível de preparação como docente profissional:

R.T. - mínimo Monitor de Eq
Coef. R.T. - mínimo Adj. Monitor

- > Para Escolas de Equitação de Classe **igual ou inferior a 2 Estrelas**, o **Responsável Técnico** poderá ser um **Monitor de Equitação**;
- > Para Escolas de Equitação de Classe entre **3 e 4 Estrelas** inclusive, o **Responsável Técnico** deverá ser um **Instrutor de Equitação**.
- > Para Escolas de Equitação de **5 Estrelas**, o Responsável Técnico deverá ser um **Mestre de Equitação**

d) A Formação Profissional de Formadores de Equitação (Monitores, Instrutores e Mestres), carece legalmente que a entidade formadora esteja acreditada pelo **INOFOR**, e que se assegure a **unidade de doutrina** necessária à consolidação de uma “**escola**” em Portugal. No caso essa missão cabe em exclusivo à **Escola Nacional de Equitação (ENE)**.

TODOS os Estabelecimentos Equestres, inscritos ou não na Federação, deverão, com a maior urgência, comunicar à FEP qual a **sua situação real** em matéria de **existência ou ausência de Responsável Técnico**, e qual o respectivo nível de formação a fim de se poderem tomar medidas que evitem ou atenuem as sanções decorrentes da aplicação do DL 385/99

Pela FEP

Ten. Cor. João Bilstein Sequeira
Vice-Presidente